

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. UNIDADES ENVOLVIDAS

**1.1. UNIDADE INSTRUTORA:** Gerência de Apoio Técnico Operacional – GERAT

**1.2. UNIDADE DEMANDANTE:** Unidade Metropolitana Macrocoleta e Tratamento de Esgoto - UNMTE

### 2. OBJETO

2.1. Dispensa de Licitação para Contratação de Empresa para Execução de Serviço Emergencial de Assentamento de Tubulação de- PRFV - Diâmetro 1400 mm no Emissário de Recalque na Av. L no Trecho compreendido entre as Av. G. e Major Assis e parte da Av. G, no bairro Vila Velha – Fortaleza-Ce, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

2.2. Este objeto será realizado através de procedimento de licitação da Lei nº 13.303/2016, com critério de julgamento de menor preço, sob regime de execução indireta empreitada por preço unitário, e disputa aberta.

### 3. JUSTIFICATIVA

3.1. A Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) é responsável pelo gerenciamento, operação e manutenção do sistema de esgotamento sanitário do município de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, constituído basicamente por redes coletoras, interceptores, estações elevatórias, estações de tratamento e disposição final. Cerca de 61% da população do município de Fortaleza é atendida com o serviço de coleta de esgoto. No que se refere a tratamento e disposição final de esgotos, existem hoje na cidade o sistema de disposição oceânica e os sistemas isolados. O sistema de disposição oceânica é constituído por várias bacias coletoras de esgoto, dois interceptores oceânicos, denominados leste e oeste, estação de pré - condicionamento (EPC) e Emissário Submarino. Os sistemas isolados de esgotamento sanitários localizados em Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, são formados pelas Estações de Tratamento de Esgoto, conjuntos elevatórios integrados, bem como por alguns conjuntos habitacionais. No caso dos conjuntos habitacionais existentes, tais sistemas serão paulatinamente desativados na medida em que novas obras de coleta e transposição sejam implantadas para transferir os esgotos para o sistema de disposição oceânica. Em geral cada sistema é formado por rede coletora, elevatória, estação de tratamento de esgotos, do tipo reatores ou lagoas de estabilização e corpo receptor (rios, riachos, córregos). A Cagece realiza a inspeção e monitoramento periódico das redes coletoras, linhas de recalque e interceptores para avaliação do estado de funcionamento e de conservação estrutural dessas tubulações, que em alguns casos estão em operação há mais de 30 anos. No caso de tubulações com longo período de uso, as paredes internas da tubulação de concreto são paulatinamente corroídas pela ação dos gases formados durante o transporte do esgoto (H<sub>2</sub>S, CH<sub>4</sub>, CO<sub>2</sub>, entre outros), chegando aos dias de hoje a uma situação de instabilidade, com a armadura em determinados casos exposta e corroída, não apresentando mais as características estruturais necessárias para o funcionamento eficiente e seguro. A região do tubo mais afetada pela ação dos gases, geralmente, se encontra na geratriz superior da tubulação, área onde geralmente ocorrem rupturas e aberturas no concreto e/ou solo com rebaixamento do terreno, erosão e aberturas de valas. O acontecido no Interceptor Oeste, na Avenida L, no trecho compreendido entre as Avenidas G e Major Assis, confere exatamente com a situação exposta, a ocorrência de fugas em trechos de um coletor tronco, ocasionando inesperado rompimento e quebra de tubulação.

### 4. DAS ESPECIFICAÇÕES

4.1. Este Termo de Referência, acompanhado dos demais documentos a ele relacionados, estabelecem os requisitos mínimos e condições técnicas gerais para a execução dos serviços objeto deste edital.

4.2. Todos os itens (materiais, equipamentos e insumos) necessários à perfeita realização dos serviços, ainda que não expressamente mencionados neste TR, deverão ser previstos pelo PROPONENTE no momento da elaboração de sua proposta.

4.3. Ao apresentar a proposta, a PROPONENTE reconhece que está ciente de todas as dificuldades, tais como, localização, intervenção nas Vias e Logradouros Públicos, condições do terreno, acesso, condições climatológicas próprias da região, listagem de serviços, não cabendo qualquer alegação com inclusão de novos serviços, por desconhecimento do local ou informações incompletas no presente Termo. A PROPONENTE deverá agendar vistoria aos locais dos serviços junto a UN-MTE através Do telefone N° (85) 3101.2410 até a abertura desta dispensa de licitação, não cabendo responsabilidade a Cagece pela impossibilidade de realização de visitas que não foram agendadas com antecedência.

4.4. A CONTRATADA deverá apresentar a CAGECE comprovante de Registro do Contrato no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA antes da apresentação da primeira fatura.

4.5. A CONTRATADA deverá executar os serviços, dentro dos horários estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO da Unidade de Negócio Metropolitana de Macrocoleta e Tratamento de Esgoto – UNMTE, através de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a CAGECE, mesmo em caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, por danos causados em qualquer unidade dos seus sistemas de esgoto, e em equipamentos, instalações e materiais, quer sejam praticadas por seus empregados, prepostos ou mandatários.

4.6. Simultaneamente com a emissão da Ordem de Serviço do Contrato, a FISCALIZAÇÃO da UNMTE deverá abrir um LIVRO DE OCORRÊNCIA, onde serão registrados todos os acontecimentos e ocorrências relativas à execução dos serviços que obrigatoriamente deverão ser assinados pela FISCALIZAÇÃO da Unidade e o representante legal da CONTRATADA.

4.7. A CONTRATADA deverá fiscalizar os seus funcionários, que deverão trabalhar devidamente fardados e com os seus EPI's e EPC's, fornecidos pela mesma.

4.8.A CONTRATADA deverá ter permanentemente um engenheiro civil habilitado no CREA e com experiência comprovada em serviços similares aos do objeto deste edital para a condução dos trabalhos. A troca do responsável técnico implica na revisão e eventualmente rescisão do Contrato se o currículo do substituto não atender as exigências da CAGECE.

4.9. Será exigida a emissão de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica por ocasião da emissão da Ordem de Serviço Específica.

4.10. A CONTRATADA deverá dispor na equipe de serviço de engenheiro e técnico habilitado.

4.11. A CONTRATADA deverá manter o fardamento (calça, camisa ou bata, bota (em couro ou em borracha, conforme trabalho a executar) de toda sua equipe em bom estado, sem rasgos, manchas ou furos, bem como os equipamentos de segurança individual, tais como: luvas, capacetes, máscaras, capa de chuva e crachá com fotografia 3x4, conforme modelos apresentados, para identificação de seus empregados). O custo referente aos uniformes e equipamentos de proteção está incluso nos preços dos demais serviços.

4.12. Os empregados deverão trabalhar uniformizados com nome da firma na parte posterior da camisa, bata ou similar, de acordo com o modelo adotado pela CAGECE.

4.13. Não será permitida a execução dos serviços caso o operador não esteja fardado, com fardamento incompleto ou em mau estado de uso ou ainda sem os equipamentos de proteção individual. O calçado deverá ser adequado ao serviço, não sendo permitido em hipótese nenhuma o uso de chinelos ou calçados abertos.

4.14. A CONTRATADA deverá recrutar e contratar mão de obra especializada, em seu nome e sob sua total responsabilidade. Também ficará a cargo da CONTRATADA todos os custos de treinamento, com a finalidade de capacitá-los para o exercício de suas atividades.

4.15. A CONTRATADA deverá informar os membros de sua equipe de trabalho à UNIDADE, fornecendo uma relação com nome, endereço, número da Carteira Profissional e qualificação, antes do recebimento da Ordem de Serviço. Qualquer alteração, deverá ser comunicada à FISCALIZAÇÃO da CAGECE.

4.16. A CONTRATADA assumirá todos os encargos relativos a pessoal e demais obrigações estabelecidas na legislação trabalhista, inclusive os referentes a acidentes de trabalho, quando as vítimas forem seus empregados, durante o desempenho de suas funções ou em conexões com as mesmas, ainda que ocorridos nas dependências da CAGECE.

4.17. Os veículos da CONTRATADA, obrigatoriamente, deverão ter fixados nas duas portas laterais, identificação com o nome da Empresa.

4.18. De acordo com a natureza e complexidade do serviço contratado, a CONTRATADA deverá dispor de todos os materiais, ferramentas e equipamentos que possibilitem a execução do mesmo com maior eficiência e agilidade, tais como:

- 4.18.1. Sistema para rebaixamento de lençol freático;
- 4.18.2. Pranchas metálicas de 2,0, 3,0, 4,0 e 6,0 metros, estroncas metálicas, bem como blindados para escoramento de valas;
- 4.18.3. Veículo tipo munck ou similar, com capacidade de carga útil de 4.000kg, alcance mínimo horizontal de 2,80 m, alcance vertical 4,00 m e ângulo de 360°;
- 4.18.4. Rompedor pneumático e equipamento para corte de pavimentação asfáltica com disco de fibra de diamante, para execução dos serviços de substituição de rede de abastecimento de água e de rede coletora de esgoto;
- 4.18.5. Conjuntos moto-bombas, submersível, bomba de dreno elétrica, ou à gasolina/diesel para esgotamento de valas;
- 4.18.6. Retroescavadeira frontal para abertura de valas;
- 4.18.7. Compactador mecânico ou rolo compactador;
- 4.18.8. Máquina de corte para tubulação de PRFV, lixadeira manual e tifort;
- 4.18.9. Grupo gerador, com capacidade de 10 até 190 kva;
- 4.18.10. O transporte de equipes deverá seguir a legislação de trânsito vigente;
- 4.18.11. Por ocasião da emissão da Ordem de Serviço do Contrato, a CONTRATADA deverá comprovar através de notas fiscais ou contratos de locação, que dispõe dos equipamentos e ferramentas relacionados acima. A CONTRATADA também deverá informar, a relação quantitativa e qualitativa dos equipamentos e veículos, com as respectivas placas, que colocará à disposição da Cagece, durante a execução dos serviços contratados;

4.19. A CAGECE poderá vistoriar, a qualquer tempo, a CONTRATADA com a finalidade de comprovar a existência dos equipamentos e/ou ferramentas informados pela empresa e as condições de operação dos mesmos.

4.20. Os veículos e equipamentos deverão estar disponíveis a qualquer momento para serem utilizados pelas frentes de serviços, de forma que não serão aceitos pela FISCALIZAÇÃO atrasos ocasionados pela falta ou indisponibilidade dos mesmos, que comprometam os prazos acordados para o início ou término dos trabalhos;

4.21. Durante a execução dos serviços a CONTRATADA deverá observar o fiel cumprimento das normas, utilização de vestimenta adequada por parte de seus empregados, dos dispositivos e todos os equipamentos de segurança contra acidente de trabalho, de acordo com a natureza do mesmo, bem como a sinalização diurna e noturna de vias públicas e calçadas, quando necessária.

4.22. A recuperação do pavimento, nos locais de intervenção para a execução dos serviços de manutenção de rede, será de responsabilidade da CONTRATADA, estando os custos incluídos nos preços unitários.

4.23. A CONTRATADA se obriga a executar todos os serviços relacionados na Planilha de Orçamento deste edital, de acordo com o presente Termo de Referência, Manual de Encargos de Obras de Saneamento - MEOS, Regras Ambientais e Segurança do Trabalho (disponível na internet no site: [www.cagece.com.br](http://www.cagece.com.br)), orientações da FISCALIZAÇÃO da CAGECE, Resolução nº 001/2007 do Conselho Coordenador de Obras da Prefeitura Municipal de Fortaleza, Manual Técnico de Execução da Recuperação de Vias e Logradouros Públicos Afetados por Intervenções Diversas, Normas internas e Técnicas da ABNT.

4.24. Participar da abertura do Livro de Ocorrências atualizando-o diariamente. Semanalmente deverão ser destacadas as vias devidamente já assinadas, sendo a primeira via (branca) arquivada pela FISCALIZAÇÃO da Cagece, a segunda via (verde) pela CONTRATADA e a terceira via (rosa) permanecendo no livro;

4.25. Participar da interface dos serviços com os órgãos e entidades prestadoras de serviços públicos;

4.26. Atentar para o cumprimento dos aspectos contratuais conforme rotinas aprovadas pela Cagece;

4.27. Quando necessária, a abertura de valas só poderá ser executada após sinalização do trecho e autorização da FISCALIZAÇÃO;

4.28. A retirada, substituição, adequação e assentamento de tubulações só deverá ser executado na presença da FISCALIZAÇÃO;

4.29. O reaterro deverá ser acompanhado pela FISCALIZAÇÃO, devendo a substituição ou não do solo ser previamente autorizado pela mesma;

4.30. O recebimento provisório dos trechos relativos ao Sistema de Esgotamento Sanitário se dará após inspeção junto a FISCALIZAÇÃO;

4.31. Nos pavimentos deverão ser verificados: espessura, qualidade do pavimento, abatimentos, ondulações e fissuras;

4.32. Na limpeza: verificar a existência de material proveniente do serviço, realizar a limpeza e varrição do local;

4.33. Na tubulação serão realizados os testes específicos, relativo ao método adotado, respeitando as normas vigentes e manuais da CAGECE;

4.34. As sinalizações dos serviços deverão estar em consonância com o MEOS da CAGECE, normas da Prefeitura Municipal do Município (Resolução nº 001/2007 do Conselho Coordenador de Obras da Prefeitura Municipal de Fortaleza e Manual Técnico de Execução da Recuperação de Vias e Logradouros Públicos Afetados por Intervenções Diversas), em que serão realizados os serviços, considerando os seguintes itens mais sem a eles se limitarem: placas de sinalização de obras, sinalização noturna, tapumes contínuos ou descontínuos, conforme determinação da FISCALIZAÇÃO. Todas as placas deverão possuir indicação do nome da CONTRATADA, prazo de execução (início e término do trecho), bem como o n.º do telefone da CONTRATADA para registro de reclamações, conforme padrão CAGECE;

4.35. A CAGECE tem pleno direito e autoridade para suspender unilateralmente os serviços por motivos técnicos, de segurança e outros que justifiquem tal procedimento. A suspensão dos serviços será pelo tempo que a CAGECE julgar conveniente e somente com sua autorização, poderão ser reiniciados sem prejuízos e nem acréscimo de despesas a CAGECE;

4.36. A CONTRATADA deverá ser capaz de atender a qualquer solicitação de serviço, dentro do objeto do contrato, de forma imediata. O não cumprimento de solicitação de serviço por falta de pessoal e/ou equipamento para sua realização, configura motivo suficiente para a uma suspensão unilateral do contrato.

4.37. A CONTRATADA deverá ser capaz de mobilizar quantas frentes de trabalho forem necessárias para o cumprimento dos cronogramas pré-estabelecidos, devendo dimensionar sua equipe de acordo com as necessidades e prazos estabelecidos pela CAGECE;

4.38. A CONTRATADA deverá estar sempre disponível para realizar serviços em horários extraordinários, inclusive sábados, domingos e feriados, quando assim estabelecido pela fiscalização e de acordo com a necessidade, sem que isto implique em qualquer ônus extraordinário para a CAGECE;

4.39. A CONTRATADA se responsabilizará pelas despesas de manutenção e operação dos veículos utilizados, tais como: combustíveis, pneus, lubrificantes, peças e outros acessórios, decorrentes de sua utilização normal ou em caso de acidente;

4.40. Ao apresentar a proposta, a PROPONENTE reconhece que está ciente de todas as dificuldades, tais como, localização, condições do terreno, acesso, condições climatológicas próprias da região, listagem de serviços, não cabendo nenhuma alegação com inclusão de novos serviços, por desconhecimento do local ou informações incompletas no presente termo de referência.

4.41. Caso ocorra o descumprimento de qualquer uma das exigências anteriormente citadas por parte da CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO da Unidade de Negócio poderá efetuar aplicação de multa e outras penalidades, até que sejam prontamente atendidas às solicitações da CAGECE, constantes no Edital.

## **5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios.

## **6. DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO**

### **6.1. Quanto à execução:**

6.1.1. O objeto contratual deverá ser executado em conformidade com as especificações e prazos estabelecidas neste instrumento, nos endereços, prazos e horários estabelecidos pela UM-MTE.

6.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de execução, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

## **6.2. Quanto ao recebimento:**

6.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

6.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

## **7. DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado no trigésimo dia contado da data do encerramento da medição, devidamente atestada pelo gestor da contratação, acompanhada de todos os documentos complementares descritos no item 7.6, mediante crédito em conta-corrente em nome da CONTRATADA, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012.

7.2. A partir da data do encerramento da medição, o fornecedor tem 05 (cinco) dias para apresentar todos os documentos complementares. Caso seja ultrapassado este prazo, os 30 (trinta) dias citados no item 7.1 somente começarão a contar a partir da data de entrega da nota fiscal e do último documento complementar exigido no subitem 7.6.

7.3. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 7.1 começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

7.4. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.5. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

7.6. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes documentos complementares à medição:

7.6.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.7. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.



7.8. Nos casos de eventuais atrasos ou antecipações de pagamentos, haverá recomposição ou desconto com base nos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês "pro rata die", a partir da data do vencimento e a data do efetivo pagamento.

7.9. O pagamento da CONTRATADA pela CONTRATANTE será determinado exclusivamente de acordo com as quantidades de serviços efetivamente executadas e concluídas pela CONTRATADA, após terem sido aceitas, medidas e recebidas pela FISCALIZAÇÃO, levando em conta os respectivos preços unitários propostos. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

## **8. DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO**

8.1. Os preços são fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta comercial. Após os 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, - DI – TOTAL – MÉDIA GLOBAL, COLUNA 35, constante no portal do INSTITUTO.

8.2. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

$$R = V [ (I - I_0) / I_0 ],$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I<sub>0</sub> = Índice inicial – correspondente ao mês da entrega da proposta;

I = Índice final – correspondente ao mês de aniversário anual da proposta.

8.3. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês após a data-limite da apresentação da proposta de preços, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula acima) se manterá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.

8.4. A data base de referência da proposta de preços será a data de apresentação da proposta de preços, e os possíveis reajustes, calculados a partir desta.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

9.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.

b) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da medição mensal do serviço.

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da medição mensal do serviço, até o limite do percentual fixado na alínea e, hipótese que pode resultar na rescisão da avença. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

d) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da medição mensal do serviço, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.

e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante.

9.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

9.2. As multas previstas não eximem a CONTRATADA de reparação por eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

9.3. Nenhuma sanção será aplicada sem que seja assegurado em processo administrativo para apuração dos fatos, os direitos da ampla defesa e do contraditório, no prazo de 10 (dez) dias úteis, previsto no §4º do art. 137 do RLC Cagece.

9.4. A multa pode ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos à contratada em razão do contrato em que ocorreu a aplicação da multa ou de outros contratos firmados entre a CAGECE e a contratada, aplicando-se a compensação prevista nos artigos 368 e seguintes do Código Civil.

9.4.1. Se não for possível o pagamento da multa nos termos acima, a contratada recolherá a multa por meio de depósito bancário em nome da CAGECE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

9.5. Quando eventual multa aplicada não cobrir os prejuízos causados à Cagece, poderá ser exigida indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

10.2. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

10.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CAGECE, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CAGECE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

10.4.1. Para cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de 03 (três) dias, contado da notificação.

10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

10.6. Prestar, imediatamente, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

10.8. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.



10.9. Realizar, às suas expensas, os reparos, ajustes ou substituições dos equipamentos, sempre que necessário.

10.10. Dispor de todas as permissões, certificados e licenças exigidas por lei para a execução dos trabalhos.

10.11. Adotar medidas necessárias à proteção ambiental para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

10.12. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

10.13. Cadastrar-se e manter atualizado cadastro da CAGECE para fins de gestão de contratos e efetivação de pagamento, disponível no endereço eletrônico <https://www.cagece.com.br/portal-do-fornecedor>.

10.14. Disponibilizar nos termos da Lei nº 15.854, de 24/09/2015, vagas de empregos a presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional e egressos do sistema prisional e aos jovens do sistema socioeducativo entre 16 e 18 anos, que estejam cumprindo medida de semiliberdade.

10.14.1. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SEJUS e à STDS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo, contemplados com a reserva de vagas.

10.15. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços após a emissão da Ordem de Serviço de Contrato pela CAGECE.

10.16. Além da Ordem de Serviço do contrato, serão expedidas Ordens de Serviço Específicas para os diversos tipos de serviços relacionados na Planilha de Orçamento.

10.17. Os serviços sempre deverão ser iniciados no mesmo dia do recebimento das respectivas Ordens de Serviços Específicas, através da sinalização e isolamento da área (sinalização de advertência, isolamento da área, desvio de fluxo). Por se tratarem de serviços prioritários, a CONTRATADA deverá se mobilizar no máximo em 48 horas, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

10.18. Quando os serviços não puderem ser iniciados no prazo de 48 horas, a CONTRATADA deverá informar, por escrito, à FISCALIZAÇÃO da Unidade os motivos impeditivos e registrá-los no LIVRO DE OCORRÊNCIAS;

10.19. Caberá a FISCALIZAÇÃO da Unidade analisar e aceitar, ou não, a justificativa técnica apresentada pela CONTRATADA.

10.20. Quando uma Ordem de Serviço Específica não for atendida e não for apresentada justificativa técnica por escrito dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas ou quando o serviço for iniciado fora do prazo estabelecido na respectiva Ordem de Serviço, a CONTRATADA ficará sujeita aplicação das penalidades previstas no Contrato.

10.21. O prazo para a entrega dos serviços descritos na Ordem de Serviço Específica, deverá ser acordado em reunião entre a FISCALIZAÇÃO da Unidade e a CONTRATADA, após visita em conjunto no local da obra onde será avaliada a complexidade dos serviços. O prazo estabelecido em comum acordo entre a FISCALIZAÇÃO da Unidade e a CONTRATADA, deverá ser registrado no diário de obras. Caso não seja atendido o acordado, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa técnica, em um prazo de 24 horas, a ser analisado pela fiscalização.

10.22. Caberá a FISCALIZAÇÃO da Unidade analisar e aceitar, ou não, a justificativa técnica apresentada pela CONTRATADA pelo atraso na entrega dos serviços e o novo prazo solicitado. Caso a justificativa não seja aceita pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA ficará sujeita aplicação das penalidades previstas no Contrato.

10.23. Durante a execução dos serviços a CONTRATADA deverá fixar placa de obra. Fica a CONTRATADA obrigada a confeccionar e colocar, nos locais indicados pela FISCALIZAÇÃO, num prazo de até 3 (três) dias corridos, contados a partir da data da assinatura da Ordem de Serviço Específica.

10.24. A CONTRATADA fornecerá toda a mão de obra, materiais, transporte, equipamentos e acessórios necessários e adequados à execução dos serviços. Os materiais fornecidos deverão ser submetidos à

aprovação da FISCALIZAÇÃO da CAGECE.

10.25. Todos os materiais e insumos a serem empregados deverão ser de qualidade adequada. Sendo avaliados pela FISCALIZAÇÃO antes de sua utilização, sendo respeitados fielmente o prazo de validade e as especificações referentes aos mesmos.

10.26. Deverão ser empregados equipamentos e ferramentas adequados ao tipo de serviço a ser executado. Os equipamentos a empregar deverão apresentar perfeitas condições de funcionamento e ser adequados aos fins a que serão destinados.

10.27. É de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA a integridade e a guarda dos materiais abrigados nos locais de aplicação, não cabendo a CAGECE responder por roubos, atos de vandalismo, deterioração ou depredação dos mesmos que por ventura vierem a ocorrer durante a execução dos serviços. A vigilância dos equipamentos e materiais pertinentes à execução dos serviços, inclusive sinalização de segurança e advertência, será efetuada ininterruptamente até a conclusão e recebimento dos serviços pela FISCALIZAÇÃO.

10.28. A mão de obra destinada à execução dos serviços deverá ser obrigatoriamente bem qualificada e experimentada em serviços dessa natureza, podendo a CONTRATANTE solicitar a substituição do prestador, caso este não corresponda ao bom desempenho dos serviços contratados. Será exigido o fornecimento de relação de todos os profissionais envolvidos no desempenho dos serviços, bem como certidão negativa de antecedentes criminais e respectivos contatos à FISCALIZAÇÃO.

10.29. A CONTRATADA deverá providenciar todas as permissões, certificados e licenças exigidas por Lei para a execução dos serviços, junto aos órgãos competentes, tais como:

- CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- ACFOR – Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento;
- SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente;
- SEUMA – [Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente](#);
- CCO – Conselho Coordenador de Obras, de acordo com a resolução nº 001/2007 da Prefeitura Municipal de Fortaleza e Manual Técnico de Execução da Recuperação de Vias e Logradouros Públicos Afetados por Intervenções Diversas;;
- AMC – Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e de Cidadania de Fortaleza, de acordo com a portaria AMC Nº 218 de 05/11/2012;
- Demais permissões, certificados e licenças que por ventura sejam exigidas pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal no decorrer do cumprimento do contrato. Todas as atividades e despesas relacionadas à aprovações de projetos para obtenção destas licenças, certificados e permissões são de responsabilidade da CONTRATADA.

10.30. As especificações quanto à segurança do trabalho são objeto da legislação vigente e das normas de segurança do trabalho. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos equipamentos de proteção individuais específicos e normatizados para as atividades a serem executadas.

10.31. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

10.32. Se a CONTRATADA ficar temporariamente impossibilitada total ou parcialmente, por motivo de força maior, de cumprir suas obrigações e responsabilidades relativas aos serviços contratados, deverá comunicar por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a situação, que poderá ser ou não aceita pela CAGECE.

10.33. Durante o desenvolvimento dos trabalhos haverá entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE a necessária comunicação, a fim de facilitar o acompanhamento e a execução do contrato, através de reuniões, exposições ou outros meios.

10.34. A CONTRATADA disponibilizará os equipamentos citados neste termo de referência em um prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar da solicitação da UN.

10.35. O engenheiro responsável pela condução do contrato deverá se reunir semanalmente, ou em frequência a ser definida pela FISCALIZAÇÃO, com a equipe técnica da UN para tratar do andamento do contrato.

10.36. Todo material e insumo a ser empregado deverão ser novos, de primeira qualidade e avaliados pela FISCALIZAÇÃO antes de sua utilização, sendo respeitados fielmente o prazo de validade e as especificações referentes aos mesmos.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço.

11.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual.

11.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

11.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.

11.6. Aplicar as penalidades e sanções previstas em lei e neste instrumento.

## **12. DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um gestor especialmente designado para este fim pela CAGECE a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

12.2. A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO não eximem a CONTRATADA da responsabilidade única, integral e exclusiva quanto à execução dos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, especificações, código civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

12.3. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO todos os meios de qualquer natureza, necessários e aptos a permitir a rápida e eficiente medição do serviço, inspeção das instalações, dos materiais e dos equipamentos.

## **13. PRAZO**

13.1. O prazo de duração do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da publicação do instrumento contratual.

## **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Sob nenhuma hipótese será admitida a subempreita para a execução dos serviços relacionados na Planilha de Orçamento.

## **15. DA GARANTIA CONTRATUAL**

15.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do respectivo instrumento, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 13.303/16.

## **16. DAS TAXAS DE BDI DE SERVIÇOS E MATERIAIS**

16.1. As Taxas de BDI de Serviços e Materiais a serem utilizadas estão descritas nos anexos deste processo de dispensa de licitação.

16.2. Os percentuais de ISS utilizados nos municípios do Ceará variam de 2% a 5% e deverá ser aplicado o valor correspondente ao município onde os serviços serão executados.

## **17. ANEXOS**

ANEXO I – EXIGÊNCIAS PARA A LICITAÇÃO

ANEXO II - ORDEM DE SERVIÇO ESPECÍFICA

ANEXO III - RELATÓRIO MENSAL DE SEGURANÇA DO TRABALHO NAS OBRAS OU FRENTES DE SERVIÇOS